

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015

1

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015	Emendas
Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.	
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.	
Art. 2º São princípios para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco:	
I – a gestão sistemática dos recursos hídricos, que considere os aspectos quantitativos e qualitativos e os usos prioritários desses recursos;	
II – a preservação e recuperação das áreas protegidas, da biodiversidade e do solo;	
III – a universalização e integralidade na prestação dos serviços de saneamento básico;	
IV – a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas da bacia, responsáveis pela geração de emprego e renda.	
	Emenda nº 1 – CDR/CMA Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, a seguinte redação:
Art. 3º As ações relacionadas à revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco devem alinhar-se aos seguintes objetivos:	“Art. 3º
I – aumentar a oferta e a reservação hídricas;	I – aumentar a oferta hídrica.” (NR)
II – fomentar o uso racional dos recursos hídricos;	
III – ampliar a área de cobertura vegetal de Unidades de Conservação da Natureza e de Áreas de Preservação Permanente associadas à preservação dos recursos hídricos;	
IV – expandir a prestação dos serviços de saneamento básico;	
V – promover a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos.	
	Emenda nº 3 – CMA Acrescente-se o seguinte inciso I ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, renumerando-se os demais:
Art. 4º Consideram-se prioritárias as seguintes ações para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco:	“Art. 4º”
	I – elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental da bacia;
	Emenda nº 4 – CMA

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015

2

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015	Emendas
	Dê-se ao inciso II do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015, a seguinte redação: “Art. 4º
I – construção de açudes e reservatórios de água, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos;	II – construção de açudes e reservatórios de água, para atender aos usos múltiplos dos recursos hídricos, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;
II – estabelecimento de metas de volume útil aos reservatórios de água da bacia do rio São Francisco, de modo a preservar os usos múltiplos e prioritários de recursos hídricos;”
III – instalação de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva;	
IV – implementação de sistemas de abastecimento de água por poços de água subterrânea, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;	
V – construção e modernização, quando couber, de estações de tratamento de efluentes;	
VI – elaboração e atualização dos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas do rio São Francisco e de seus afluentes;	
VII – ações de fiscalização para regularização das outorgas de direito de uso de recursos hídricos;	
VIII – ações de fiscalização ambiental com foco em propriedades que apresentem áreas degradadas previstas no art. 5º, parágrafo único, desta Lei;	
IX – mapeamento, pelo órgão ambiental competente, das áreas previstas no art. 5º, parágrafo único, desta Lei;	
X – pagamento por serviços ambientais;	
XI – assistência técnica e extensão rural, com foco em manejo e métodos de irrigação mais eficientes, conservação dos solos e recuperação de áreas degradadas.	
Parágrafo único. As ações previstas nos incisos VII e VIII serão desenvolvidas pelo Poder Público, em todos os níveis, de forma articulada, com planejamento e participação conjunta dos respectivos órgãos competentes.	
Art. 5º Os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e dos programas de apoio e incentivo à conservação no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco – nos termos das Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – serão aplicados, prioritariamente, na recuperação de áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos.	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015

3

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2015	Emendas
Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se áreas degradadas relacionadas à preservação dos recursos hídricos as Áreas de Preservação Permanente previstas no art. 4º, incisos I, II, III, IV e XI, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 , que não disponham de cobertura vegetal ou que não disponham de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração.	
Art. 6º O Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	
Art. 7º Os Estados inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco devem dispor de órgão gestor de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender as demandas relacionadas a recursos hídricos.	
Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	